SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total da prestação de serviços, com exclusão do IVA.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas quando lhe for adjudicado o contrato.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

III.3) CONDIÇÕES RELATIVAS AOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

III.3.1) A prestação do serviço está reservada a uma determinada profissão? NÃO \square SIM \boxtimes

Em caso afirmativo, referência às disposições legislativas, regulamentares ou administrativas relevantes

- Os professores de inglês devem possuir uma das seguintes habilitações:
- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina do Inglês no ensino básico:
- b) Cursos de formação especializada na área do ensino do Inglês no 1.º ciclo do ensino básico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 95/97;
- c) Cursos de estudos de superiores especializados na área do ensino do Inglês no 1.º ciclo do ensino básico.
- Os professores de actividade de educação física e desportiva devem possuir uma das seguintes habilitações:
- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de actividade de educação física e desportiva no ensino básico;
- b) Licenciados em desporto ou áreas afins.
- Os professores de ensino da música devem possuir habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina da educação musical ou música no ensino básico ou secundário.

III.3.2) As entidades jurídicas devem declarar os nomes e qualificações profissionais do pessoal responsável pela execução do contrato?

NÃO	\times	SIM	

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

Concurso público

W.1.1) lá foram seleccionados candidatos?

IV.1.1) Já foram seleccionados candidatos?

NÃO ⊠ SIM □

Em caso afirmativo, usar Informações adicionais (secção VI) para informações complementares

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

- B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta
- B1) Os critérios a seguir indicados

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta que se revele mais vantajosa, tendo em conta os seguintes factores, por ordem decrescente de importância, avaliados numa escala de 1 a 10:

- a) Preço: 60%;
- b) Qualidade da proposta: 40%:
- Qualidade e criatividade do plano curricular 40%;

Equipamentos e materiais disponibilizados como meios de suporte das aulas — 30%;

Critérios e formas de avaliação individual dos alunos em cada período lectivo — 20%;

Frequência de formação específica para o ensino da língua inglesa, actividade física e desportiva e o ensino da música — 10%.

Por ordem decrescente de importância NÃO \square SIM \boxtimes

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais

0 1 5 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República.

Custo: 200 euros mais IVA. Moeda: euro.

Condições e forma de pagamento:

Em numerário ou cheque a liquidar no acto de aquisição do processo de procedimento para o concurso endossado ao município do Cartaxo.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação 16/08/2007

Hora: 16 horas.

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceir

IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta

0 6 0 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas

Ao acto público pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados.

IV.3.7.2) Data, hora e local

No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas
Hora: 10 horas. Local: município do Cartaxo.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO?

NÃO □ SIM Þ

VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS?

NÃO 🗵 SIM 🗆

Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil

31 de Julho de 2007. — A Coordenadora do Gabinete Jurídico, *Maria de Lourdes Ouro Martins Sardinha*.

2611037508

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras	\boxtimes
Fornecimentos	
Serviços	
O concurso está	abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?
NÃO 🗵	SIM \square

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo	À atenção de				
Município de Castro Marim	Ex. ^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim				
Endereço	Código postal				
Rua de José Alves Moreira, 10	8950-138				
Localidade/Cidade	País				
Castro Marim	Portugal				
Telefone	Fax				
281510740	281510743				
Correio electrónico	Endereço Internet (URL)				
geral@cm-castromarim.pt	www.cm-castromarim.pt				

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS Indicado em I.1 🗵 Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

Indicado em I.1 \boxtimes Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDI-DOS DE PARTICIPAÇÃO

Indicado em I.1 🗵 Se distinto, ver anexo A

I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Tipo de contrato de obras

Execução oximes Concepção e execução oximes

Execução, seja por que meio for, de uma obra que satisfaça as necessidades	
indicadas pela entidade adjudicante $\ \square$	b) A 1.ª subcategorias da 2.ª categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à faculdade conferida no n.º 6.3 do programa de concurso.
II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro? NÃO ⊠ SIM □	Os critérios a utilizar para a comprovação da capacidade financeira, económica e
II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante	técnica dos concorrentes são os especificados no n.º 19 do programa de concurso. III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos
Nova ponte da Esteveira na E. M. 125 — 6 e acessos. II.1.6) Descrição/objecto do concurso A empreitada refere-se à substituição da velha ponte metálica da Esteveira. O perfil transversal tipo prevê faixa de rodagem de 7,00 m, faixa de 2,00 m para ciclismo e passeios de 1,50 m para cada lado, sendo a largura total de 12,90 m. Serão executados aterros com solos seleccionados, regados e compactados em camadas não superiores a 0,40 m. O alargamento da plataforma, a norte, será efectuado com abertura de caixa, de modo	Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações respeitantes ao pagamento das quotizações para a Segurança Social no espaço económico europeu;
a executar uma base em material de granulometria extensa com 0,25 m de espessura e corrigida com 7% de cimento. No alargamento, a sul, o pavimento será constituído por sub-base em material de granulometria extensa com 0,25 m de espessura e a base também em material de granulometria extensa com 0,20 m de espessura. A camada de desgaste será aplicada em toda a largura da plataforma. Na zona da pista de ciclismo terá incorporado pigmento de modo a obter pavimento colorido (bordeaux).	Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, de cumprimento das obrigações no que respeita ao pagamento de impostos e taxas no espaço económico europeu.
Os passeios exteriores à ponte terão 1,50 m de largura e serão constituídos por camadas de base em material de granulometria extensa e peças fabricadas de betão assentes em pó de pedra com 0,05 m de espessura. Serão delimitados por lancis com 0,12 m de altura, em peças pré-fabricadas de betão, de cor a definir, assentes também em fundação de betão e guia de remate. Também serão contempladas as respectivas sinalizações horizontal e vertical.	III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos Documento emitido pelo Banco de Portugal, no mês em que o concurso tenha sido aberto ou no mês anterior, ou posterior, que mencione as responsabilidades da empresa no sistema financeiro e, se for o caso, documento equivalente emitido pelo banco central do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu
II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a pres- tação de serviços Castro Marim.	estabelecimento principal; Cópia das três últimas declarações periódicas de rendimentos para efeitos de IRS ou IRC, nas quais se contenha o carimbo «Recibo», e, se for o caso, do-
Código NUTS PT150 ALGARVE. II.1.9) Divisão em lotes	cumento equivalente apresentado, para efeitos fiscais, no Estado de que a em- presa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; se se tratar de início de actividade, a empresa deve apresentar cópia autenticada da
NÃO ⊠ SIM □	respectiva declaração.
Indicar se se podem apresentar propostas para: um lote □ vários lotes □ todos os lotes □	III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos Certificados de habilitações literárias e profissionais dos quadros da empresa e dos responsáveis pela orientação da obra, designadamente:
II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração? NÃO ⊠ SIM □	Director técnico da empreitada; Representante permanente do empreiteiro na obra; Lista das obras executadas da natureza da obra posta a concurso, acompanhada de
II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONCURSO	certificados de boa execução relativos às obras mais importantes; os certificados
II.2.1) Quantidade ou extensão total A empreitada refere-se à totalidade da obra e o valor base do concurso é de 241 595,50 euros, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.	devem referir o montante, data e local de execução das obras e se as mesmas foram executadas de acordo com as regras da arte e regularmente concluídas; Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione o equipamento principal a utilizar na obra e, se for o caso, o equipamento de caracteristicas
II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO Prazo em meses 0 4 a partir da data da consignação (para obras)	especiais, indicando, num e noutro caso, se se trata de equipamento próprio, alugado, ou sob qualquer outra forma;
SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO,	Declaração, assinada pelo representante da empresa, que mencione os técnicos e os serviços técnicos e encarregados, estejam ou não integrados na empresa, a afectar à obra, para além dos acima indicados.
FINANCEIRO E TÉCNICO	9599ão N. 559955999
III 4) CONDIÇÃES DEL ATIVAS AO CONCUESO	SECCAO IV: PROCESSOS
III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO	SECÇÃO IV: PROCESSOS
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos.	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%;
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%;
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas,	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%; 2.3 — Plano de mão-de-obra — 20%.
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no ponto n.º 15 do programa de concurso.	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%; 2.3 — Plano de mão-de-obra — 20%. Por ordem decrescente de importância NÃO ☐ SIM ☑ IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no ponto n.º 15 do programa de concurso. III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%; 2.3 — Plano de mão-de-obra — 20%. Por ordem decrescente de importância NÃO ☐ SIM ☑ IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante 11/2007. IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no ponto n.º 15 do programa de concurso. III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida a) Os titulares de alvará emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%; 2.3 — Plano de mão-de-obra — 20%. Por ordem decrescente de importância NÃO ☐ SIM ☑ IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante 11/2007.
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no ponto n.º 15 do programa de concurso. III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%; 2.3 — Plano de mão-de-obra — 20%. Por ordem decrescente de importância NÃO ☐ SIM ☑ IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante 11/2007. IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais 0 2 0 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República. Custo: 75 euros. Moeda: euro. Condições e forma de pagamento: O fornecimento da documentação é efectuado pela entidade adjudicante, contra pa-
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercío da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no ponto n.º 15 do programa de concurso. III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida a) Os titulares de alvará emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI); b) Os não titulares de alvará emitido pelo IMOPPI que apresentem certificado de	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%; 2.3 — Plano de mão-de-obra — 20%. Por ordem decrescente de importância NÃO □ SIM ☑ IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante 11/2007. IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais 0 2 0 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República. Custo: 75 euros. Moeda: euro. Condições e forma de pagamento: O fornecimento da documentação é efectuado pela entidade adjudicante, contra pagamento. IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no ponto n.º 15 do programa de concurso. III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida a) Os titulares de alvará emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI); b) Os não titulares de alvará emitido pelo IMOPPI que apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por uma das entidades competentes mencionadas no n.º 1 do anexo I da Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro, o qual indicará os elementos de referência relativos à idoneidade, à capacidade financeira e económica e à capacidade técnica que permitiram aquela inscrição e justifique a classificação atribuída nessa lista;	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%; 2.3 — Plano de mão-de-obra — 20%. Por ordem decrescente de importância NÃO ☐ SIM ☑ IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante 11/2007. IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais 0 2 0 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República. Custo: 75 euros. Moeda: euro. Condições e forma de pagamento: O fornecimento da documentação é efectuado pela entidade adjudicante, contra pagamento.
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercicio da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no ponto n.º 15 do programa de concurso. III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida a) Os titulares de alvará emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI); b) Os não titulares de alvará emitido pelo IMOPPI que apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por uma das entidades competentes mencionadas no n.º 1 do anexo I da Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro, o qual indicará os elementos de referência relativos à idoneidade, à capacidade financeira e económica e à capacidade técnica que permitiram aquela inscrição e justifique a classificação atribuída nessa lista; c) Os não titulares de alvará emitido pelo IMOPPI, ou que não apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, desde que apresentem	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%; 2.3 — Plano de mão-de-obra — 20%. Por ordem decrescente de importância NÃO □ SIM ☑ IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante 11/2007. IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais 0 2 0 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República. Custo: 75 euros. Moeda: euro. Condições e forma de pagamento: O fornecimento da documentação é efectuado pela entidade adjudicante, contra pagamento. IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação 0 3 0 dias a contar da sua publicação no Diário da República Hora: 17 horas. IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pe-
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no ponto n.º 15 do programa de concurso. III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida a) Os titulares de alvará emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI); b) Os não titulares de alvará emitido pelo IMOPPI que apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por uma das entidades competentes mencionadas no n.º 1 do anexo 1 da Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro, o qual indicará os elementos de referência relativos à idoneidade, à capacidade financeira e económica e à capacidade técnica que permitiram aquela inscrição e justifique a classificação atribuída nessa lista; c) Os não titulares de alvará emitido pelo IMOPPI, ou que não apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, desde que apresentem os documentos relativos à comprovação da sua idoneidade, capacidade financeira, económica e técnica para a execução da	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público
III.1.1) Cauções e garantias exigidas A caução para garantir o contrato é de 5% do valor da adjudicação. O prazo de garantia da obra é de cinco anos. III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam A empreitada é por série de preços e as modalidades essenciais de financiamento e de pagamento são por autos de medição de trabalho mensal. III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade de empreiteiro de obras públicas e comprovem, em relação a cada uma das empresas, os requisitos exigidos no ponto n.º 15 do programa de concurso. III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida a) Os titulares de alvará emitido pelo Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI); b) Os não titulares de alvará emitido pelo IMOPPI que apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por uma das entidades competentes mencionadas no n.º 1 do anexo I da Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro, o qual indicará os elementos de referência relativos à idoneidade, à capacidade financeira e económica e à capacidade técnica que permitiram aquela inscrição e justifique a classificação atribuída nessa lista; c) Os não titulares de alvará emitido pelo IMOPPI, ou que não apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, desde que apresentem os documentos relativos à comprovação da sua idoneidade, capacidade financeira,	IV.1) TIPO DE PROCESSO Concurso público IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta B1) Os critérios a seguir indicados 1 — Preço — 80%; 2 — Valia técnica da proposta — 20%: 2.1 — Plano de trabalhos — 50%; 2.2 — Plano de equipamento — 30%; 2.3 — Plano de mão-de-obra — 20%. Por ordem decrescente de importância NÃO □ SIM ☑ IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante 11/2007. IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais ② ② ① dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República. Custo: 75 euros. Moeda: euro. Condições e forma de pagamento: O fornecimento da documentação é efectuado pela entidade adjudicante, contra pagamento. IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação ③ ③ ② dias a contar da sua publicação no Diário da República Hora: 17 horas. IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas

São autorizados a intervir no acto público do concurso todos os concorrentes e as pessoas por estes credenciados, conforme o n.º 5.2 do programa de concurso.

IV.3.7.2) Data, hora e local

No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas Hora: 14 horas e 30 minutos. Local: Salão Nobre da Câmara Municipal de Castro Marim.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO? NÃO ⊠ SIM □
VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS?
NÃO 🗵 SIM 🗆
Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência úti

VI.4) OUTRAS INFORMAÇÕES

A Câmara Municipal de Castro Marim reserva-se no direito de não adjudicar definitivamente a obra no caso de não obter co-financiamento para o efeito.

31 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, Filomena Pascoal Sintra.

2611037840

CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras	\boxtimes
Fornecimentos	
Serviços	
O concurso está	abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?
NÃO ⊠	SIM \square

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo	À atenção de
Câmara Municipal da Covilhã	Secção de Compras e Concursos
Endereço	Código postal
Praça do Município	6200-151
Localidade/Cidade	País
Covilhã	Portugal
Telefone 275330600	Fax 275330622
Correio electrónico compras@cm-covilha.pt	Endereço Internet (URL) www.cm-covilha.pt

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS Indicado em I.1 \boxtimes Se distinto, ver anexo A

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO

Indicado em I.1 \boxtimes Se distinto, ver anexo A

I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO

Indicado em I.1 \boxtimes Se distinto, ver anexo A

1.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE

,				
Governo central		Instituição Europeia		
Autoridade regional/local	\times	Organismo de direito público	Outro	

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONCURSO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Tipo de contrato de obras

∟xecuçao		Concepç	ao e	execu	ıçao			
Execução, se	eja por que	meio for, de	uma	obra	que	satisfaça	as	necessidades
indicadas pe	la entidade	adjudicante						

II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante

Concurso público para a empreitada de construção das escadinhas de Santo André.

II.1.6) Descrição/objecto do concurso

Construção de escadas. Os trabalhos a realizar compreendem: arquitectura paisagística (implantação, limpezas e demolições, levantamentos, desmontes e movimentos de terras, betões e alvenarias); fundações e estruturas (movimento de terras, betão armado, cofragens, escadas e pavimento do canal, estruturas metálicas, diversos); instalações eléctricas (quadros, canalizações, iluminação, trabalhos de construção); drenagem de águas pluviais (águas residuais e pluviais).

II.1.7) Local	onde se	realizará	a obra,	а	entrega	dos	fornecimentos	ou	ар	res
tação de se	rvicos									

Escadinhas de Santo André, na Covilhã.

Código NUTS

PT16A CONTINENTE CENTRO — COVA DA BEIRA.

II.1.8) Nomenclatura

II.1.8.1) Classificação CPV (Common F	rocurement Vocabulary) *
Vocabulário principal Vocab	pulário complementar
Objecto 45.23.32.22-1 principal	
II.1.8.2) Outra nomenclatura relevante Secção F, divisão 45, grupo 45.2, classe 4 45.21.64.	
II.1.9) Divisão em lotes NÃO ⊠ SIM □	
Indicar se se podem apresentar propostar um lote \square vários lotes \square todos	· _
II.1.10) As variantes serão tomadas em NÃO 🗵 SIM 🗌	consideração?

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO

Prazo em dias $\fbox{1}\ \fbox{5}\ \fbox{0}$ a partir da data da consignação (para obras)

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

5% do preço total do contrato, com exclusão do IVA.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

Financiamento pelo orçamento anual da Câmara Municipal da Covilhã e os pagamentos efectuados mediante autos de vistoria e medição dos trabalhos executados. A empreitada é pela modalidade de «preço global» e o valor para efeitos de concurso é de 360 000 euros.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

Consórcio externo.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

Só podem ser admitidos a concurso:

- a) Os titulares de registo ou alvará, emitido pelo InCI;
- b) Os não titulares de registo ou alvará emitido pelo InCI que apresentem certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros aprovados, adequado à obra posta a concurso e emitido por uma das entidades competentes, o qual indicará os elementos de referência relativos à idoneidade, à capacidade financeira e económica e à capacidade técnica que permitiram aquela inscrição e justifique a classificação atribuida nessa lista;
- c) O registo ou alvará deve conter:
- c.1) A classificação como empreiteiro geral ou construtor geral de construção tradicional, de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 19/2004, de 10 de Janeiro, na 1.ª categoria, em classe correspondente ao valor da proposta, ou
- As 1.ª e 4.ª subcategorias da 1.ª categoria, as quais têm de ser de classe correspondente ao valor global da proposta e integrar-se na categoria em que o tipo da obra se enquadra;
- d) As 5.ª e 6.ª subcategorias da 2.ª categoria e a 2.ª subcategoria da 4.ª categoria, nas classes correspondentes à parte dos trabalhos às quais respeitam.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social; declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede; cópia da última declaração periódica de rendimentos para efeitos de IRS ou IRC.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

Documento emitido pelo Banco de Portugal; declaração dos balanços e demonstração de resultados dos últimos três anos.

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

Cópia do alvará de construção; certificados de habilitações literárias e profissionais dos quadros da empresa e dos responsáveis pela orientação da obra; lista de obras executados da mesma natureza que é posta a concurso; declaração que mencione o equipamento principal a utilizar na obra; declaração que mencione os técnicos, serviços técnicos e encarregados a afectar à obra; comprovação de execução de pelo menos uma obra de idêntica natureza da obra posta a concurso, de valor não inferior a 200 000 euros.

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

Concurso público